

Polarização Socioespacial e Violência na Metropolitana de Belém (MDB)

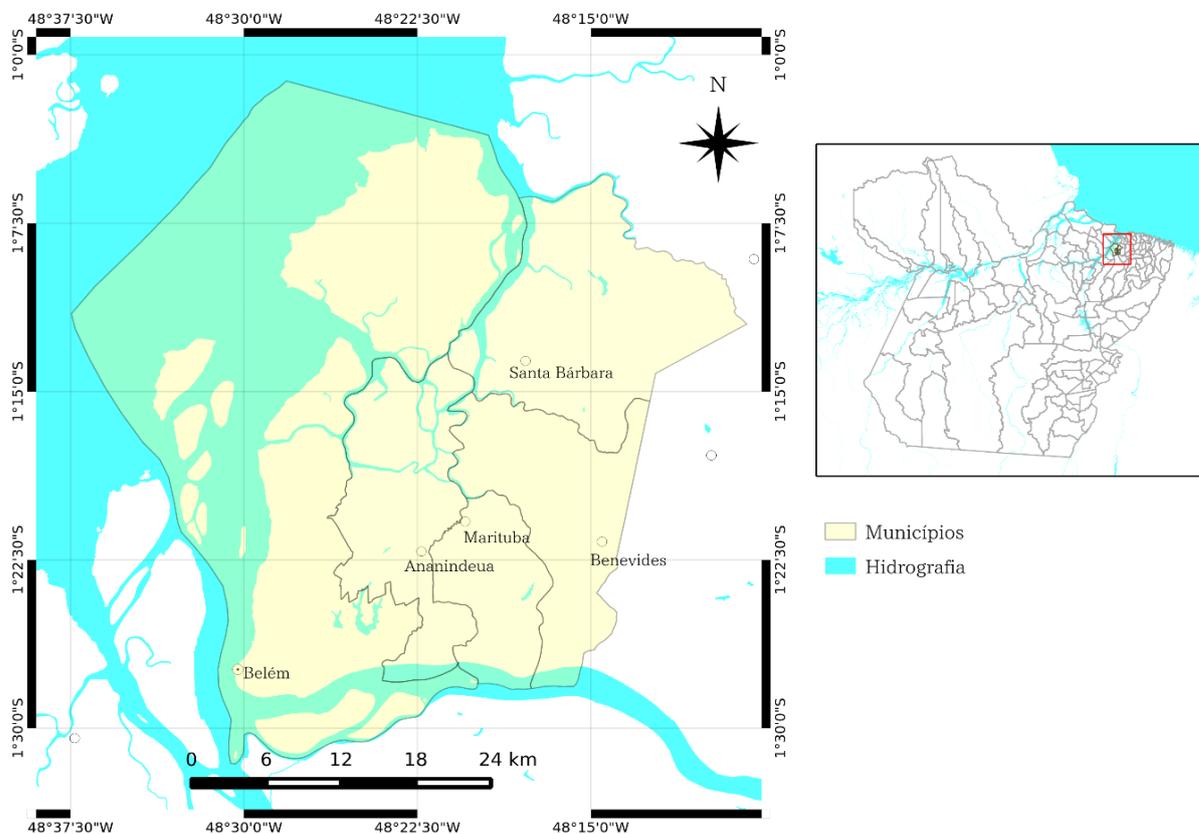
Thomas A. Mitschein¹

Jadson F. Chaves²

¹ Thomas A. Mitschein – Sociólogo, Dr. Phil pela Universidade de Münster - Alemanha, desde 1992 pesquisador e docente em entidades técnico-científicas de países amazônicos. Atualmente coordena o Programa Interdisciplinar *Trópico em Movimento - Fomentando a Criação de uma Moderna Civilização da Biomassa na Amazônia* e é Professor do Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará - UFPA, Brasil.

² Jadson F. Chaves – Estatístico pela Universidade Federal do Pará - UFPA, Doutor pelo Instituto Universitário de Lisboa- ISCTE – IUL em Métodos Quantitativos, Estatísticas e Análise de Dados, Mestre em Gestão pelo Instituto Universitário de Lisboa ISCTE – IUL e Especialista em Economia e Desenvolvimento regional pela UFPA, Pesquisador do Programa Interdisciplinar *Trópico em Movimento* – UFPA, Consultor do Banco Mundial do Brasil.

Mapa 1 – Localização dos Municípios da área metropolitana de Belém – PA e seus limites geográficos.



Fonte: IBGE 2015, elaboração J. R. S. Ramos & B. C. O. Imbiriba LABFIS - IG - UFPA - 2019.

A Metropolitana de Belém - MDB³ - forma através dos Municípios de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Bárbara um espaço urbano integrado, hospedando com seus aproximadamente 2 milhões de habitantes 40% de toda a população urbana do Pará. Nela se insere a capital paraense, a principal cidade *testemunha* da história da Amazônia brasileira que, depois do *boom* da borracha, entrou numa longa fase de hibernação. Acabou perdendo sua função de entreposto comercial entre o seu *hinterland* e o exterior. A partir daí deixou de se reinventar em termos socioeconômicos: não encontrou nenhuma nova vocação (re)produtiva numa situação histórica, em que o eixo da política do Estado Nacional tinha se deslocado

³ A nomenclatura oficial divide o Estado do Pará ou em seis Mesorregiões ou em 12 Regiões de Integração. No âmbito da nossa abordagem adotamos o segundo enfoque classificatório, uma vez que facilita o entendimento de Belém e dos seus municípios vizinhos como um mosaico de elementos urbanos interligados.

definitivamente para o objetivo da industrialização retardatária do país. O resultado deste enredo é bem conhecido: em consequência dos desequilíbrios que o Pará sofreu durante a fase do seu acoplamento mais sistemático aos polos economicamente mais avançados do país, a sua capital vivenciou entre 1960 e 1980 uma verdadeira explosão demográfica⁴, proporcionando a ampliação desordenada dos seus subúrbios e a multiplicação das fileiras de uma força de trabalho com baixos níveis de instrução educacional e profissional.

Neste contexto, é pertinente fazer uma rápida referência à pesquisa de Mitschein, Miranda, Paraense (1989) sobre as condições de sobrevivência na periferia urbana de Belém que foi realizada em 1987, e da qual queremos destacar os seguintes dados:

- 64,2% dos moradores entrevistados vinham de microrregiões vizinhas como Bragantina, Salgado, Guajarina, Tomé Açu, Campos de Marajó ou Baixo Tocantins como migrantes paraenses de origem rural;
- os principais motivos migracionais, mencionados pelos entrevistados, eram a procura de trabalho, carências infraestruturais no Interior, o desejo de encontrar melhores condições de vida e a necessidade de acompanhar familiares;
- 47 % já tinham visitado Belém pelo menos uma vez antes da migração;
- 65% vieram acompanhados de parentes quando decidiram morar definitivamente em Belém;
- 60% acharam o primeiro abrigo na casa de parentes ou amigos, e
- quase a metade conseguiu, também, o primeiro trabalho remunerado através da indicação de familiares e amigos.

No que diz respeito às condições de ocupação, emprego, renda e escolaridade dos entrevistados, cabe realçar que:

- apenas 27,3% tinham vínculo empregatício;
- a renda mensal de dois terços não ultrapassava o teto de dois salários mínimos (SM);

⁴ No mencionado período, a população de Belém cresceu por 144 %, alcançando em 1980 a marca de quase 1 milhão de habitantes.

- 53,7% achavam mais vantajoso trabalhar por conta própria, mencionando as seguintes razões: "É melhor não ter patrão, há mais liberdade de horário, pode-se ganhar mais";
- 24,3% estavam sem escolaridade, e
- 40,3% tinham frequentado o ensino fundamental apenas até a quarta série primária.

A mencionada pesquisa chamava atenção à ambivalência com a qual os entrevistados justificavam a sua opção pela cidade grande. A migração se tornou necessária pelas precárias condições de sobrevivência no Interior. Mas se tivessem tido alternativas, melhor seria deixar de vir à capital. Por outro lado, não esconderam a sua descrença na auto-organização nos próprios bairros, pela destacada desunião entre os moradores e, também, pela falta de confiança nos políticos que prometiam *mundos e fundos*, mas, via de regra, não cumpriam a sua palavra. Contudo, tais frustrações não se chocavam com a esperança de poder contar com o favor da figura do *pistolão* que abre portas e remove obstáculos.

Entretanto, por mais que os entrevistados tivessem abordado com clareza as enormes dificuldades de sua adaptação a um *habitat* urbano - onde a monetarização dos principais insumos de sua reprodução física estava transformando sua vida cotidiana num verdadeiro pesadelo - ao mesmo tempo transmitiam a sua valorização por normas de convivência que diziam respeito à unidade e hierarquia familiares ou ao respeito mútuo entre vizinhos. Normas, aliás, que eles mesmos identificavam com práticas sociais que tinham vivenciado em seus lugares de origem. Assim era o **mutirão**, enquanto mecanismo de ajuda mútua entre agricultores familiares na preparação de seus roçados; ou o **sistema de aviamento**, uma tradicional relação de exploração na Amazônia entre os representantes do capital comercial e usurário e os produtores agroextrativistas: não obstante sua dimensão parasitária, tais relações tendiam a ser encaradas pelos últimos como uma relação de benefício mútuo, cumprida por acordos verbais com os *aviadores* (Santos 1980).

De qualquer maneira, as mencionadas experiências faziam parte de uma herança histórico-cultural que, baseada em formas pré-industriais de vida, mitigavam na fase da acelerada expansão dos bairros periféricos da capital paraense a adaptação das classes subalternas às condições de sua segregação social e espacial. (Mitschein, Miranda,

Paraense 1989). No entanto, uma *reserva gratuita de dominação* (ibid. p. 29) desta natureza não é um poço sem fundo numa cidade que priva a maior parte das camadas populares de uma base minimamente civilizatória em áreas tão essenciais como educação, saúde, saneamento, segurança alimentar, emprego e renda. Na virada do século XX para o século XXI, em Belém,

- 40% das crianças viviam em famílias com uma renda inferior a meio SM;
- 65,5% da população ocupada (POC) ou trabalhavam por conta própria ou sem carteira assinada;
- 54,83 dessa mesma POC não ganhavam mais do que dois SM;
- 45,3 % da população adulta não tinham completado 8 anos de estudos, e
- 20% dos mais pobres precisavam se contentar com apenas 1,9% do PIB municipal⁵.

Contudo, mesmo considerando que desde o início da redemocratização do sistema político brasileiro estas camadas socialmente marginalizadas podiam contar - por parte das instâncias públicas - com o reconhecimento da legitimidade de suas reivindicações pela melhoria das condições de sua sobrevivência, este mesmo reconhecimento acabava não se aproximando à realidade, porque os orçamentos de tais instâncias públicas em nível municipal, estadual e federal não estavam nem minimamente talhados para isto. E, a partir do acúmulo das demandas não atendidas, acabava se esboçando um cenário, em que especialmente a população jovem da periferia urbana começava a virar as costas para as regras normativas que, transmitidas tradicionalmente por parte de autoridades constituídas como a Igreja, a Escola, a Polícia ou a Justiça, diziam respeito à reprodução pacífica da síntese social.

Nesse contexto, é pertinente lembrar que, em seu mencionado estudo sobre Belém, Mitschein, Paraense e Miranda (1989, p. 151) abordavam as famílias de baixa renda como entidades que, além de proteger os seus membros em casos de aflições pessoais, também difundiam entre os jovens uma atitude respeitosa em relação às leis e à ordem pública. Todavia, quanto ao último quesito, eles se enganaram redondamente: subestimaram de forma flagrante o redemoinho que a simultaneidade entre as ofertas

⁵ Dados do IBGE e do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil do PNUD.

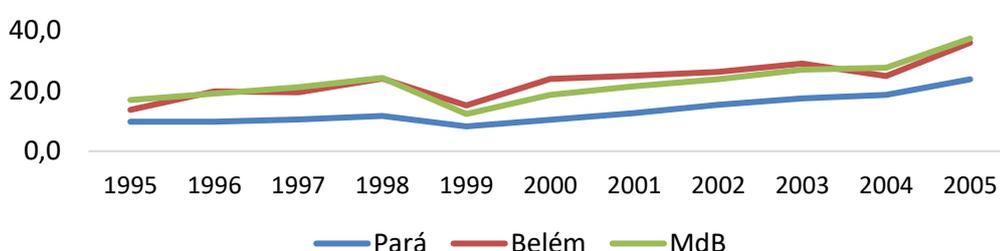
da sociedade de consumo e a penúria financeira, à qual estavam sujeitas as classes populares, provocava na consciência da população jovem na periferia urbana.

Vivenciando, desde o seu primeiro suspiro, a dura realidade do subúrbio e menosprezando, via de regra, a vida nas áreas rurais como *pesadelo da roça*⁶, estes jovens acabaram se tornando já no início de sua adolescência clientela virtual de insinuações mercadológicas que apresentavam (e apresentam) a aquisição de determinadas marcas de produtos como suposta porta de entrada ao mundo dos *belos e ricos* que vivem nas *ilhas* abastecidas desta assim chamada *vila global*.

Mas, como estes jovens iriam trabalhar a sua exclusão sistemática de acesso à esfera das promessas de consumo, transmitidas diariamente pela mídia?

A sua própria resposta em relação a tal indagação não deixava surgir dúvidas. Já que não dispunham dos “meios materiais e simbólicos para rejeitar a definição do mundo social a eles imposta pelas estruturas vigentes” (Bourdieu 1979, p. 331, tradução própria), resolveram adotar cada vez mais estratégias de autoafirmação que culmina(va)m em atos de violência, dirigidas preferencialmente contra os próprios vizinhos: no período de 1995 até 2005, houve um aumento notável de homicídios de jovens até 29 anos. (Ver Gráfico 1).

Gráfico 1 - Comparação das taxas de homicídios de jovens até 29 anos por 100 mil habitantes no Pará, Belém e MDB no período de 1995 até 2005

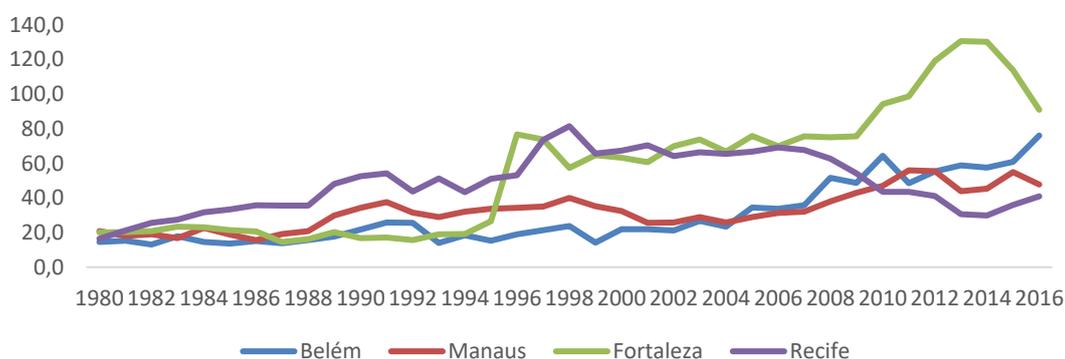


Fonte: Data SUS, elaboração própria.

⁶ Expressão de um adolescente no Guamá durante a pesquisa realizada por Mitschein, Chaves, Miranda (2006). Segundo os autores, transmitiu um sentimento geral entre os jovens na periferia urbana.

Mesmo assim, naquele momento, a capital paraense não se destacava como território urbano mais violento do Brasil, considerando que figurava neste *ranking* atrás de Manaus, Fortaleza e Recife. (Ver Gráfico2)

Gráfico 2 - Comparação dos Homicídios por 100 mil Habitantes em Belém, Manaus, Fortaleza e Recife entre 1980 e 2016



Fonte: Fonte: Data SUS, elaboração própria.

Contudo, na segunda década deste século XXI, este quadro começou a apresentar uma dinâmica nova e literalmente assustadora. No triênio 2013/2016, os homicídios acumulados na MDB abateram 4.753 pessoas, sendo que dois terços (62%) destes crimes foram executados na própria capital (ver Tabela 1), onde se sobressaíram oito subúrbios (ver Tabela 2), caracterizados por baixos níveis de renda e uma expressiva precariedade no âmbito da infraestrutura social.

Tabela 1 - População Residente e Homicídios Acumulados no Triênio 2013/16, nos Municípios da MDB.

Municípios MDB	Homicídios					População-2016
	2013	2014	2015	2016	Acumulado	
Ananindeua	293	283	309	348	1.233	510.834
Belém	685	686	702	856	2.929	1.446.042
Marituba	87	90	83	97	357	125.435
Benevides	44	46	41	59	190	59.836
Santa Bárbara	7	10	10	17	44	20.077

Total	1.116	1.115	1.145	1.377	4.753	2.162.224
--------------	--------------	--------------	--------------	--------------	--------------	------------------

Fonte: SEGUP/Data SUS, elaboração própria.

Tabela 2 - População Residente e Homicídios Acumulados no Triênio 2013/16, em 08 (oito) bairros de Belém que lideram o *ranking* de ataques contra a vida humana.

	População*	Em %	Homicídios acumulados no triênio 2013/16	Em %
Belém	1.446.042	100	2.929	100
Bairros				
Cabanagem	27.214	1,9	216	7,4
Bengui	30.963	2,1	191	6,5
Guamá	91.235	6,3	381	13,0
Tapanã	72.941	5,0	268	9,1
Jurunas	65.545	4,5	233	8,0
Outeiro	35.023	2,4	240	8,2
Icoaraci	106.235	7,3	328	11,2
Sacramenta	44.417	3,0	212	7,2
Total	472.273	32,5	2.069	70,6

Fonte: Equipe de pesquisa.

No que diz respeito à Ananindeua e Marituba, sob o ponto de vista do avanço da violência estão caminhando na mesma direção como a Capital, uma vez que, no período mencionado, 70,9% e 57,7% dos homicídios registrados nestes dois Municípios foram realizados em áreas caracterizadas por uma expressiva tendência de marginalização social. (Ver Tabela 3 e 4).

E se em Benevides e Santa Bárbara a ocorrência das taxas de homicídios revela altos índices em seus respectivos centros (ver Tabela 4 e 5), isto se deve ao fato de que ambos nasceram como elementos integrais do cinturão periférico da capital paraense, tendo consolidado núcleos próprios, onde, para o bem ou para o mal, se movimenta a vida cotidiana de uma grande parcela dos seus cidadãos.

Tabela 3 – População Residente, Homicídios Acumulados e Ocorrências por área territorial no triênio de 2013/16, nos Municípios de Ananindeua e Marituba.

Municípios	População	Homicídios acumulados	Em %	Ocorrência por área territorial	Números	Em %
Ananindeua	510.834	(1) 1.233	100	União Gajará	186	15,1
				Águas Lindas	180	14,6
				Distrito Industrial	121	9,8
				Cidade Nova	102	8,3
				Curuçambá	98	7,9
				Coqueiro	67	5,4
				Aurá	65	5,3
				Guanabara	56	4,5
				Total	(2) 875	(2) de (1) (70,9)
Marituba	108.246	357	100	Decouville	91	25,5
				Centro	70	19,6
				Almir Gabriel	19	5,3
				União	16	4,5
				Bairro Novo	10	2,8
				Total	206	57,7

Fonte: SEGUP, elaboração própria.

Tabela 4 - População Residente, Homicídios Acumulados e Ocorrências por Bairros no triênio de 2013/16, nos Municípios de Benevides e Santa Bárbara.

Municípios	População	Homicídios acumulados	Em %	Ocorrência por área territorial	Números	Em %
Benevides	51.651	190	100	Centro	130	68,4
				Benfica (Centro)	21	11,1
				Benfica (Zona Rural)	14	7,4
				Muririm	10	5,3
				Benevides (Zona Rural)	8	4,2
				Majuri	7	3,7
				Total	190	100
Santa Bárbara	17.141	44	100	Centro	27	61,4
				Outras localidades	17	38,6
				Total	44	100

Fonte: SEGUP, elaboração própria.

Por outro lado, não é surpreendente que diante desta realidade a mídia tenda a favorecer abordagens bastante sensacionalistas sobre a violência, focalizando atos de delinquentes populares que reforçam, entre as camadas mais abastecidas, os preconceitos contra as assim chamadas *classes perigosas*. E, também, não causa surpresa nenhuma que as narrativas da mídia tenham impactos diretos no debate público sobre esta temática entre os representantes da esfera política. No que diz respeito à estes últimos, eles poderiam alegar que as imagens transmitidas pelos canais de televisão sobre este assunto, pela sua seletividade e pelo seu fracionamento, produzem um **mundo simulado** que acaba dificultando a procura de opções de solução. Contudo, via de regra, abrem mão desta possibilidade, insistindo na apresentação de soluções imediatas que negligenciam a proverbial escassez dos recursos técnico-financeiros, à qual estão sujeitos os gestores públicos.

Mas, mesmo se este gargalo pudesse ser minimizado pelo menos através da disponibilização de um volume maior de recursos adicionais para o aumento da vigilância policial nas zonas de alto risco, um passo desta natureza, por mais que seja necessário, não é suficiente para romper o ciclo de uma violência urbana que, subestimada pelas instâncias públicas por no mínimo duas décadas, estava sendo movimentada já dez anos atrás por motivos como ódio e vingança, ciúmes e separação, conflitos familiares ou fim de namoro e pagamento de pensão alimentícia. (Mitschein, Chaves, Miranda 2006, p. 39 - 42). Motivos, aliás, que se apresentam como resultado da transformação do cotidiano social nos subúrbios num mar de expectativas frustradas, fazendo com que o sentimento da empatia que permite reconhecer e respeitar a condição humana do outro, esteja sujeito a um processo de erosão progressiva, bloqueando, conseqüentemente, a vontade de tratar conflitos interpessoais através de métodos dialógicos.

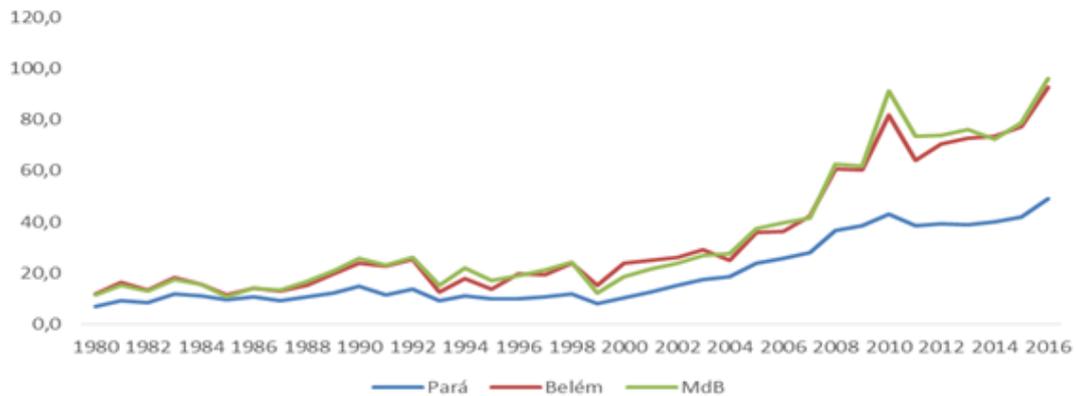
E, se ainda levarmos em conta que nas duas décadas passadas a dramática deterioração das relações sociais no *planeta favela* (Mike Davis) da MDB tenha sido aproveitada sistematicamente pelos protagonistas do *mundo das drogas* - que, através de suas ofertas de *cash* imediato, atraem uma população jovem que vive com *uma mão na frente e outra atrás* - neste caso deve-se discutir seriamente a opção de criar nas escolas de ensino fundamental e médio cenários alternativos de socialização, focalizados especialmente em estratégias de apoio mútuo e de convivência solidária. Cenários, aliás,

cujos condutores devem se relacionar mais intimamente com o estudo de Jadson F. Chaves sobre *Meninos em Risco na Amazônia: Modelos de Conduta Desviante de Jovens Apreendidos na FASEPA e de Atendimento pelo PROPAZ*, defendido em dezembro de 2015 como tese de doutoramento no Departamento de Gestão do Instituto Universitário de Lisboa. Envolvendo 270 socioeducandos da FASEPA e 280 alunos da Fundação PROPAZ, de ambos os sexos, entre 12 e 19 anos, e usando a modelagem de equações estruturais bem como a análise de multigrupos, o estudo chega à conclusão de que a valorização da interação familiar se opõe ao crescimento do sentimento anômico⁷, por sua vez um poderoso incentivador de condutas desviantes. E ainda demonstra que o incentivo a hábitos instrutivos e lúdicos de lazer, no âmbito do convívio comunitário, se destaca por seu notável potencial de inibição de práticas antissociais.

Enfim, levanta resultados que podem acender uma luz no final do túnel, na medida em que, em parceria com as representações da sociedade civil e do setor privado, as instâncias públicas do ensino fundamental e médio estiverem dispostas a investir numa socialização escolar, focalizada na aplicação de metodologias instrutivo-lúdicas, abertas à ecologia e à história sociocultural, na maior floresta tropical do planeta. Desta maneira, seriam dados passos relevantes para tentar neutralizar os impactos nocivos de uma cultura global comercializada que pavimenta, especialmente para os jovens dos bairros periféricos, o caminho direto para a utopia infernal da *guerra de todos contra todos*. Partimos do princípio de que, neste campo específico, a MDB deve assumir um papel vanguardista, uma vez que, no Estado todo, o total das taxas de homicídios avança na direção da capital. (Gráfico 3).

⁷ Condição psicológica, caracterizada pela perda de objetivos, da identidade e pelo não cumprimento das regras sociais.

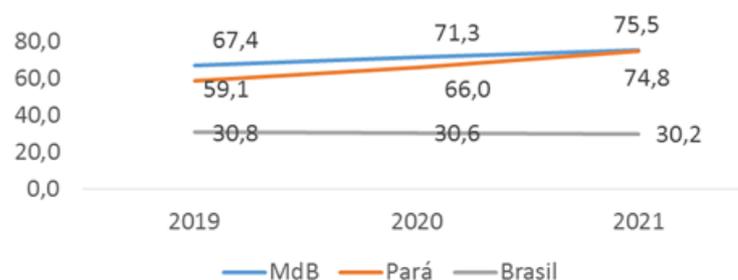
Gráfico 3 – Evolução Histórica das Taxas de Homicídios de Jovens (0 a 29 anos) por 100 mil Habitantes no Pará, Belém e MDB.



Fonte: IBGE/Data SUS, elaboração própria.

De qualquer modo, caso os principais protagonistas de Belém e dos seus municípios vizinhos deixarem de investir em políticas sociais e econômicas que, norteadas pelo *Direito à Cidade* (Mitschein, Chaves 2013), defendem a necessidade imperiosa das camadas populares compartilharem as riquezas materiais e culturais de uma sociedade urbanizada, pode-se prognosticar para os próximos anos um notável crescimento da taxa de homicídios no maior polo urbano do Estado do Pará. (Ver Gráficos 4e 5).

Gráfico 4 – Estimativas e Comparativos das Taxas de Homicídios por 100 mil Habitantes na MDB, Pará e Brasil em 2019, 2020 e 2021



Fonte: IPEA/IBGE/ Estimativas/Modelo Polinomial, elaboração própria.

Gráfico 5 – Estimativas e Comparativos das Taxas de Homicídios por 100 mil Habitantes na MDB, Pará e Brasil em 2019, 2020 e 2021



Fonte: IPEA/IBGE/ Estimativas/Modelo Polinomial, elaboração própria.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, P. **Entwurf einer Theorie der Praxis**. Frankfurt a. Main: Suhrkamp, 1979.

CHAVES, J. F. **Meninos em risco na Amazônia**: Modelos de conduta desviante de jovens apreendidos na FASEPA e de atendidos pelo PORPAZ. Tese (Doutorado em Estatística) – Instituto Universitário de Lisboa, Departamento de Gestão. Lisboa, 2015.

MITSCHEIN, T. A.; MIRANDA, H.; PARAENSE, M. **Urbanização Selvagem e Proletarização Passiva na Amazônia**: O caso de Belém. Belém: CEJUB - NAEA/UFPA, 1989.

MITSCHEIN, T. A.; CHAVES, J. F.; MIRANDA, H. **Crescimento, Pobreza e Violência em Belém**. Belém: NUMA/POEMA/UFPA, 2006.

MITSCHEIN, T. A.; CHAVES, F. O direito à cidade na floresta amazônica. In: MITSCHEIN, T. A.; ROCHA, G.; SOBRINHO V. M. **Desenvolvimento local e o direito à cidade na floresta amazônica**. Belém: NUMA/UFPA, 2013.

MITSCHEIN, T. A. *et al.* **A população em situação de rua em Belém e Ananindeua (Pará)**, Publicações Trópico em Movimento. Belém: IEMCI/UFPA, 2014.

SANTOS, R. **História Econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: T.A. QUEIROZ, 1980.